

ATAS

ATA N.º 21

--- Aos vinte e sete dias do mês de Março de dois mil e dezoito, pelas vinte horas e seis minutos, reuniram-se em Assembleia-geral ordinária os sócios da Associação de Solidariedade e Promoção de A-dos-Cunhados, nas instalações da sede da instituição sita na rua da escola velha, n.º 1 em A-dos-Cunhados. A ordem de trabalhos foi a seguinte: -----

- Ponto um: **Apreciação, discussão e votação do Relatório de Contas de 2017;** -----

- Ponto dois: **Obras nos edifícios;** -----

- Ponto três: **Soluções alternativas para o futuro espaço ASPA;** -----

- Ponto quatro: **Outros assuntos.** -----

--- A reunião teve início com a leitura da ata número vinte, referente à anterior Assembleia-Geral. --

--- Antes da entrada na ordem de trabalhos, iniciou-se com a informação da Mesa da Assembleia que falta uma pessoa daquele órgão, razão pela qual, nesta Assembleia Geral se terá de completar sempre a Mesa com um associado. Posto isto, a Mesa questionou se alguém se queria oferecer para completar a Mesa. Apenas se ofereceu o associado n.º 1190, ao que foi colocado à apreciação da Assembleia se alguém se opunha. Ninguém se tendo oposto, o mesmo juntou-se aos demais corpos sociais e a Mesa da Assembleia ficou devidamente completa. -----

--- No ponto um, foi lida a ata do Conselho Fiscal, a qual se anexa à presente ata, acerca do relatório de contas de 2017, com o parecer favorável do Conselho Fiscal, que tomou consciência da quebra de rendimentos verificada na sequência da perda de subsídios ao nível das valências do Pré-escolar e Rendimento Social de Inserção (RSI). O mesmo Conselho considerou de vital importância encontrar soluções para colmatar esta situação, caso a mesma se venha a manter, pelo que entendeu que seguramente a Direção estudará e encontrará meios para reverter esta situação, não deixando de destacar o esforço da Direção nem tão pouco dos colaboradores da Associação para a obtenção dos presentes resultados, isto antes de ser distribuído, por todos os associados presentes, um resumo do relatório de contas da Direção do exercício de 2016 apresentado à discussão e votação, elaborado pelo Contabilista Certificado. A Presidente da Mesa da Assembleia informou que os associados poderiam efectuar uma breve consulta e, após tal período, estaria aberto um período de dúvidas, sugestões ou o que se oferecesse dizerem os associados, relativamente a este ponto da ordem de trabalhos. O Contabilista Certificado explicou que não são comparáveis as dívidas de 2016 e de 2017, porquanto as de 2016 reflectem dívidas de anos anteriores. Essencialmente foi a quebra de rendimentos que influencia a baixa de resultados apresentados. A sócia n.º 743 referiu que há uma grande discrepância nos valores do Pré-Escolar, comparativamente com o ano anterior, ao que o Presidente da Direção referiu que tal se deve por haver menos meninos em sala. A Vice-Presidente referiu que além de terem menos utentes nesta valência, não se encontram a cumprir acordos, pelo que se encontram a ser penalizados pela Segurança Social. Também vários Pais comunicaram à Direção que não tinham capacidade de pagamento, pelo que foram revistas algumas mensalidades. A sócia n.º 743 referiu que o quadro de pessoal se mantém o mesmo e que não nota grandes diferenças ao nível das despesas. A sócia n.º 846 mencionou que também nota diferença no RSI e perguntou o porquê. O Presidente da Direcção referiu que têm tido reduções. A Vice-Presidente explicou que ao RSI é atribuído “um bolo” e que não tem em conta que quando as pessoas estão de baixa a Instituição tem de devolver o montante à Segurança Social. A sócia n.º 638 explicou que a ASPA levou um acerto de contas de 2003 a 2017, porquanto teve de repor os montantes em falta a esse nível. -----

--- Após esta intervenção, a associada n.º 289 retificou a informação dada anteriormente, informando que o acerto de contas é referente aos anos de 2014 a 2017. A sócia n.º 743 referiu que tudo dá prejuízo à excepção do Protocolo de Emergência Alimentar – Cantina Social, que está prevista terminar em breve. O Presidente explicou que também o RSI dá lucro, só este ano tiveram de repor os atrasados de todos aqueles anos. A sócia n.º 638 informou que a resposta social creche se encontra a 100%, na resposta social Pré-Escolar atualmente não se está a cumprir o acordo de

ATAS

Folha 5

cooperação, e na resposta social CATL a ASPA cumpre o acordo a 100% e até com um grande número de crianças extra acordo, no entanto, as mensalidades encontram-se a descer “a pique”. Já os vencimentos do quadro de recursos humanos e os custos estes mantêm-se, sendo que, dando cumprimento às obrigações legais o pessoal técnico geralmente até sobe. Esclareceu que há muitas mensalidades inferiores a € 50,00 (cinquenta euros). A Vice-Presidente esclareceu que cada vez têm menos receitas, mas os vencimentos e as despesas continuam a ser pagas atempadamente, o que é ponto de honra da Instituição. Ademais, parte das crianças que não pagam são crianças que se encontram em situação de risco e que não podemos deixá-las em casa. O sócio n.º 1190 perguntou se havia alguma razão para os pais dos não pagantes referirem que não conseguem pagar, ao que o Presidente lhe referiu que os pais apresentam essas razões e depois com a apresentação de IRS irão rever essas situações. Sucede que a falta de meninos também é um dos motivos. A Vice-Presidente esclareceu que a Câmara Municipal de Torres Vedras também oferece um serviço idêntico, e como o mesmo é gratuito, parte das pessoas aderem. Efetivamente também há menos crianças. Seguida a votação à proposta de relatório de contas de 2017, as mesmas foram aprovadas por unanimidade, num universo de 20 (vinte) presenças. -----

--- O sócio n.º 1093, Contabilista Certificado da Instituição, ausentou-se da Assembleia Geral. -----

--- Os pontos dois e três foram discutidos em conjunto, sendo que o Presidente da Direção informou que a Instituição já tem o contrato de comodato emitido pela Câmara Municipal de Torres Vedras para o edifício sede, sito na Rua da Escola Velha n.º 1, essencial para o licenciamento que é do conhecimento dos sócios. No entanto, este edifício também carece de obras. Quanto às obras relativas ao espaço do CATL, sito na Travessa um de junho esclareceu que das reuniões que tem tido na Câmara Municipal de Torres Vedras colocaram-lhe o obstáculo da cota de leito, obrigando qualquer construção a subir, por exemplo, a cerca de um metro ou mais. A Direção referiu que tem em mente procurar outro espaço para a expansão da ASPA. A Vice-Presidente esclareceu que o dinheiro que se vai gastar em obras para cumprir os requisitos legais é imenso e depois não se consegue expandir muito mais, ao nível do espaço. O Presidente referiu que não fez mais nenhuma diligência sem a opinião dos sócios a este respeito. O Tesoureiro informou que as anteriores Direções avançaram com alguns projectos por necessidades de se manter a Instituição aberta, portanto não foi em vão. O Tesoureiro sugeriu que se possa recorrer, por exemplo, a uma permuta de terrenos, para o efeito. A Vice-Presidente reiterou o anteriormente já referido pelos outros membros da Direção. Mais apelou que, caso concordem, e se algum sócio tiver conhecimento de algum terreno aqui à volta pois que agradecem a colaboração de todos. A sócia n.º 743 referiu que temos de ter atenção porque os funcionários já sonhavam com o outro projecto, e agora são confrontados com esta situação, se os fizeram acreditar nisso agora chegam aqui e dizem que o projecto não é viável. A Vice-Presidente argumentou no mesmo sentido que já anteriormente a Direção havia referido. O Presidente esclareceu que a questão da cota de cheia surgiu na legislação desde 2014. A sócia 638 referiu que, na sua opinião, sempre entendeu que aquele projecto não era viável porque não visava o crescimento da ASPA, era um projeto que se assemelhava muito ao número de salas que a ASPA dispõe atualmente e enquanto associada considera que a Instituição deve ser uma visão de futuro que vise a expansão inclusivamente para respostas sociais inovadoras para dar resposta a nível concelhio e que o projeto atualmente em análise nunca foi aprovado, porque nenhum projecto foi submetido a aprovação. Apenas foi feita uma proposta, sendo que um projecto destes carecia de parecer de três entidades: Câmara Municipal, Segurança Social e Autoridade Nacional de Proteção Civil. A sócia n.º 985 ausentou-se da Assembleia Geral. A sócia n.º 638 refere que agora o cenário mudou aqui, porque há o contrato de comodato e que lá em baixo teremos sempre o problema das cheias, como já sucedeu. O sócio n.º 1190 questionou se a lei de cotas afecta o existente ou apenas o novo. Por exemplo, o Tesoureiro referiu que para o estacionamento dos funcionários não existe lugar e tal não é possível no projecto atual e quando não existe essa situação até se têm de pagar taxas elevadíssimas, o que complementou a sócia n.º 1090.

ATAS

Folha 6

— A sócia n.º 638 sugeriu que seria melhor a Direção “levantar a ponta do véu”, referindo qual o local que idealiza. O Presidente referiu que o seu local ideal é junto ao Clube Desportivo de A-dos-Cunhados, dado que é próximo da sede e é um sítio calmo, com bastante espaço. O Tesoureiro referiu que parceria com o C.D.A. já existe. -----

--- A sócia n.º 846 referiu que se assim é apenas concorda que se gaste no CATL o necessário para o manter aberto, com as devidas condições. existe. A sócia n.º 1020 ausentou-se da Assembleia Geral.

--- A sócia n.º 743 ausentou-se da Assembleia Geral. A Presidente da Assembleia referiu que teremos de nos diferenciar, no Pré-Escolar. A sócia n.º 638 apresentou um leque de sugestões para a viabilidade da Instituição. -----

--- No ponto quatro, o Presidente da Direção perguntou se havia sugestões ao que os associados presentes referiram que à parte do já mencionado, nada mais a acrescentar. -----

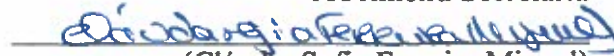
--- Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a assembleia-geral pelas vinte e uma horas e trinta e três minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente da Assembleia-Geral e pelos Primeira e Segundo Secretários da Mesa da Assembleia-Geral. -----

A-dos Cunhados, 27 de Março de 2018

A Presidente da Mesa da Assembleia-Geral


(Susana Natércia Santos Rodrigues Bento)

A Primeira Secretária


(Cláudia Sofia Ferreira Miguel)

O Segundo Secretário


(Pedro Cordeiro Fernandes)